

CARTILHA PARA TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Olá, paciente!

Nós do Instituto Maringá de Imagem, sempre atentos à segurança, elaboramos uma cartilha bastante clara e objetiva para explicar como tratamos seus dados pessoais por aqui.

Além disso, vamos esclarecer alguns conceitos e informaremos de maneira fácil os direitos que você tem quando o assunto é Lei Geral de Proteção de Dados.

A primeira informação importante é: em caso de dúvidas ou solicitações ligadas à utilização de seus dados pessoais (ou de seus dados pessoais sensíveis), contate * (e-mail, setor).

Mas, afinal, o que são dados pessoais e dados pessoais sensíveis?

Dados pessoais são aqueles que identificam ou podem identificar você, de uma maneira bastante objetiva. São exemplos: nome, CPF, endereço.

Já os dados pessoais sensíveis são aqueles que indicam origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização e caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Sempre que se fala em dado pessoal ou dado pessoal sensível devemos ter em mente que se reportam ao **titular – isso é, a você, nosso paciente**.

Para que nossos serviços sejam prestados com a maior qualidade, **coletamos e armazenamos** os seguintes dados:

- I.1.1 Nome completo;
- I.1.2 Data de nascimento;
- I.1.3 Número e imagem da Carteira de Identidade (RG);
- I.1.4 Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- I.1.5 Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- I.1.6 Fotografia 3x4;
- I.1.7 Estado civil;
- I.1.8 Profissão;
- I.1.9 Endereço completo;
- I.1.10 Dados de contato (números de telefone, celular, WhatsApp e endereço de e-mail);
- I.1.11 Prontuário e histórico médico;
- I.1.12 Laudos médicos e resultados de exames médicos;



- I.1.13 Dados relacionados ao seu estado de saúde, como alergias, doenças crônicas, uso continuado de medicação, utilização de próteses, aparelho marca-passo e similares;
- I.1.14 Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e a Controladora, como por meio de ligações telefônicas, WhatsApp, e-mails ou *chat* de atendimento no site da Controladora;
- I.1.15 Dados relacionados ao eventual Convênio e Plano de Saúde mantidos pelo Titular.

Por quais motivos coletamos e armazenamos os dados indicados anteriormente?

Em primeiro plano, para que possamos prestar adequadamente o serviço que foi contratado por você, nosso paciente.

Com eles, possibilitamos que você tenha acesso ágil e completo aos seus dados médicos e faça uso dos serviços de planos de saúde e similares, caso tenham sido contratados.

Utilizamos os dados, também, para que possamos entrar em contato com você, sempre que seja necessário (para reagendar uma consulta, por exemplo).

Estes dados coletados são igualmente imprescindíveis para que contratos de prestação de serviço e as cobranças sejam emitidos.

Seus dados são importantes e devem ser tratados com bastante responsabilidade e transparência. **Em certos casos, para garantia de um melhor atendimento, seus dados são compartilhados.**

Enumeramos aqui esses casos – e lembramos que as explicações mais técnicas também foram igualmente fornecidas no **termo de consentimento** que você assinou para que os serviços do IMI fossem prestados:

- Envio de resultados de exames para empresas de telerradiologia, especializadas na análise e elaboração dos laudos médicos, para que o serviço contratado seja realizado com maior grau de confiabilidade, qualidade e segurança;
- Envio de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis ao Instituto Carlos Américo (localizado à Rua Néo Alves Martins, nº 3283 – Zona 01, CEP 87013-060, na cidade de Maringá-PR, telefones para contato 3033-5500 ou 99980-0436), pessoa jurídica parceira do IMI que também participa da prestação de serviços;
- Envio de materiais hospitalares, tais como filmes utilizados na impressão de exames, para uma empresa terceirizada, para garantir uma eliminação completa e segura dos dados coletados;
- Envio dos dados clínicos para o seu médico, desde que solicitado, ou nos casos em que os médicos do IMI entenderem que o resultado do exame realizado foi atípico, anormal, ou apresentar qualquer ponto de atenção que deva ser comunicado (ao seu médico); assim, garantimos a tutela da sua saúde.



Seus dados também podem ser compartilhados com outros médicos quando necessário para obtenção de maior precisão e segurança no diagnóstico, ou para estudos de casos clínicos; antes disso, porém, nós retiramos os dados que possam identificá-lo.

É importante registrar que os parceiros e prestadores de serviço do IMI, apontados nos parágrafos anteriores, também já se comprometeram a cumprir integralmente as regras da Lei Geral de Proteção de Dados.

Quanto o tratamento de seus dados termina?

O IMI pode manter e tratar seus dados pessoais até que as finalidades listadas anteriormente sejam atingidas. Há alguns casos em que a guarda dos dados deve obedecer a prazos legais.

Os dados pessoais anonimizados (isso é, aqueles em que você não possa mais ser identificado, em processo irreversível), poderão ser mantidos pelo IMI por período indefinido.

Sempre que houver dúvidas sobre o período de armazenamento ou de outros tratamentos, entre em contato com * (e-mail, setor). Estaremos prontos para atendê-lo.

Quais são os seus direitos quando o IMI realiza o tratamento de seus dados?

A Lei Geral de Proteção de Dados traz uma lista de direitos do titular, os quais se aplicam ao tratamento realizado pelo IMI, descrito anteriormente. Por isso, fazemos questão de anunciá-los e de garantir que sejam totalmente obedecidos.

Sendo assim, você ou um representante seu, devidamente constituído por meio de procuração específica, pode contatar **nosso Encarregado (setor*)** por meio do *email para, a qualquer momento, solicitar:

- I.I.16 A confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais, (art. 18, I, da LGPD);
- I.I.17 Acesso aos seus dados pessoais, (18, II, da LGPD);
- I.I.18 Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 18, III, da LGPD);
- I.I.19 Eliminação dos seus dados pessoais, resguardadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD¹ (art. 18, IV e VI, da LGPD);

¹ Cumprimento de obrigação legal ou regulatória; estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento; uso exclusivo do IMI, vedado seu acesso a terceiro, e desde que anonimizados os dados.



- I.1.20 Anonimização de seus dados pessoais que sejam desnecessários, excessivos, ou que estejam sendo tratados fora dos limites da LGPD - (art. 18, IV, da LGPD);
- I.1.21 Bloqueio do tratamento dos seus dados pessoais que sejam desnecessários, excessivos, ou que estejam sendo tratados fora dos limites da LGPD (art. 18, IV, da LGPD);
- I.1.22 Portabilidade de seus dados pessoais (art. 18,V, da LGPD);
- I.1.23 Informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais são realizadas eventual compartilhamento de dados (art. 18, VII, da LGPD);
- I.1.24 Direito a não consentir com o fornecimento de dados e as informações sobre as consequências dessa negativa (art. 18,VIII, da LGPD);
- I.1.25 Direito de revogar o consentimento previamente concedido ao tratamento de dados (arts. 8º, §5º e 18, IX, da LGPD);
- I.1.26 Direito de peticionar contra o IMI perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (art. 18, §1º, da LGPD);
- I.1.27 Direito de não se sujeitar a, ou solicitar revisões de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais, incluindo *profiling* (art. 20 da LGPD).

Antes de realizarmos o atendimento de sua solicitação, resguardamos o direito de conferir sua identidade (mediante contato de nosso Encarregado*), inclusive para a manutenção da segurança de seus dados.

Se eu autorizar, um terceiro pode ter acesso ao resultado dos meus exames?

Além dos casos de compartilhamento já descritos nesta cartilha, para garantir a segurança e inviolabilidade de seus dados pessoais, a entrega de resultados de exames será feita, primordialmente, a você, titular dos dados.

Em situações excepcionais, permitimos que um terceiro acesse os resultados de seus exames, mas somente se você assim autorizar.

Para isso, você deve ler e assinar um termo específico (“Termo de Autorização para Coleta de Resultados de Exames Clínicos por Terceiros”), disponível em nosso site QR Code.

Neste documento, explicamos as regras que regem o compartilhamento para o terceiro (permissão expressa; procedimento de revogação da permissão; indicação de pessoa de confiança, para que mantenha sigilo; informação de que o IMI não se responsabiliza por eventuais incidentes depois de realizada a entrega autorizada).

O “Termo de Autorização para Coleta de Resultados de Exames Clínicos por Terceiros” é válido apenas para o exame realizado na data assinalada no documento.



E se o titular dos dados pessoais for criança ou adolescente?

O tratamento dos dados pessoais das crianças e dos adolescentes merece muito cuidado.

Exatamente por isso, elaboramos um termo específico (“Termo de Consentimento para Tratamento de Dados – Crianças e Adolescentes”) para que os pais e/ou responsáveis leiam e assinem.

Para além das regras aplicáveis aos titulares maiores e capazes, nesse documento apontamos os tópicos da Lei Geral de Proteção de Dados aplicáveis exclusivamente às crianças e aos adolescentes.

O “Termo de Consentimento para Tratamento de Dados – Crianças e Adolescentes” também está disponível no nosso site e no QRCode*

Atenção:

Esta cartilha faz parte de uma série de documentos que foram disponibilizados para você, titular dos dados e nosso paciente. Recomendamos a leitura das versões na íntegra dos Termos: de “Consentimento para Compartilhamento”; para a “Realização de Procedimento Invasivo”; para o “Uso de Dados Pseudonimizados”; para a “Coleta de Dados por Terceiros” – todos disponibilizados no nosso site * QRCode

A revogação do consentimento não acarretará a eliminação automática de todos os dados coletados pelo IMI, na medida em que a manutenção pode se fazer necessária para: o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias (art. 7º, II, da LGPD), a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o Titular, a seu pedido (art. 7º, V, da LGPD), o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (art. 7º, VI, da LGPD), proteção da vida ou incolumidade física do Titular ou de terceiro (art. 7º, VII, da LGPD), tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da saúde, serviços da saúde ou autoridade sanitária (art. 7º, VIII, da LGPD) ou para atender os legítimos interesses da Controladora (art. 7º, IX, da LGPD).

O IMI se responsabiliza pela manutenção de medidas de segurança, técnicas, gerenciais e administrativas adequadas para resguardar a confidencialidade e integridade dos Dados, bem como protegê-los de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Mas, como não existe inviolabilidade absoluta, o IMI se compromete a comunicar para você eventuais incidentes que envolvam seus dados pessoais e que possam trazer riscos ou prejuízos, em atenção ao art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

